



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ESPECIAL DA ATIVIDADE CONSULTIVA
PRCON



Parecer n. **943** /2016-PRCON/PGDF
Processo nº **410.002.036/2016**
Interessado: **SEPLAG**
Assunto: **Designação Comissão**

Folha nº	153
Processo nº	410.002.036/2016
Rubrica	Val
Matrícula nº	26.863-1

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CONTRATO. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA. CENTRO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL. COMISSÃO EXECUTORA. SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES. DÚVIDA SOBRE ATRIBUIÇÕES. LEI N. 8.666/93. LEI N. 11.079/2004. LEI DISTRITAL N. 3.792/2006. DECRETO N. 32.598/2010. PORTARIA N. 67/2013. PORTARIA N. 17/2015. PORTARIA CONJUNTA N. 11/2016. PARECER N. 576/2016-PRCON/PGDF. RECONSIDERAÇÃO

- 1) As atribuições da Comissão Executora do CADF não estão previstas na Portaria n. 17, de 3 de março de 2015, da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, mas no Decreto n. 32.598/2010, devendo eventuais dúvidas de competência serem suscitadas casuisticamente à autoridade superior.
- 2) Parecer pela reconsideração parcial do Parecer n. 576/2016-PRCON/PGDF.

1. RELATÓRIO

1.1 Às fls. 19/25, em resposta a consulta formulada pela SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, emiti o Parecer n. 576/2016-PRCON/PGDF, de seguinte ementa:

ADMINISTRATIVO. CONTRATO. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA. CENTRO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL. COMISSÃO EXECUTORA. SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES. DÚVIDA SOBRE ATRIBUIÇÕES. LEI N. 8.666/93. LEI N. 11.079/2004. LEI DISTRITAL N. 3.792/2006. DECRETO N. 32.598/2010. PORTARIA N. 67/2013. PORTARIA N. 17/2015. PORTARIA CONJUNTA N. 11/2016.

A

1) As atribuições da Comissão Executora do CADF estão previstas na Portaria n. 17, de 3 de março de 2015, da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e, subsidiariamente, no Decreto n. 32.598/2010, devendo eventuais dúvidas de competência serem suscitadas casuisticamente à autoridade superior.

2) Embora devam os membros da Comissão registrar eventuais discordâncias, dúvidas e até mesmo seu eventual despreparo para a função, não é lícito – por conta própria – suspender a execução das atividades para as quais foram designados, muito menos impor prazos ou condições para seu retorno, por afrontar os deveres previstos no art. 180, I, VI e XII da Lei Complementar n. 840/2011, decorrentes do princípio da hierarquia que comanda a Administração Pública, notadamente por não se estar diante de manifesta ilegalidade.

1.2 À vista desse opinativo, a Comissão Executora do Contrato do CADF elaborou o Ofício n. 02/2016, sugere a revisão do parecer nos seguintes pontos:

- a) as atribuições da Comissão Executora não são as previstas na Portaria n. 17/2015-SINESP;
- b) a "decisão pela suspensão das atividades foi motivada pela determinação da Controladoria Geral do Distrito Federal" e "não houve qualquer insubordinação ou desrespeito à hierarquia na suspensão das atividades".

1.3 Ainda, sugeri fossem respondidas as seguintes indagações:

- 1) Considerando que a obra referente ao CENTRAD não foi recebida até a presente data, bem como as atribuições específicas da Comissão designada pela Portaria 17/2015-SINESP, quais são as atribuições da Comissão executora designada pela Portaria Conjunta 11/2016, levando em consideração a legislação específica das PPP's, Lei Federal n. 11.079/2004?
- 2) Considerando as disposições do Decreto 37.097/2016, que atribui à SEPLAG a gestão do Contrato de Concessão Administrativa de construção, operação e manutenção do Centro Administrativo, bem como a existência dentro da SEPLAG da Unidade de Parceria Público-Privada – UPPP, responsável pela gestão do referido contrato, quais são as atribuições específicas da UPPP e da Comissão designada pela Portaria Conjunta 11/2016?

Folha nº	154
Processo nº	410002 036/2016
Rubrica	Ucu
Matrícula nº	26.063-1

22

Folha nº	155
Processo nº	410.002.036/2016
Rubrica	Vcl
Matrícula nº	26.863-1

- 3) Tendo em vista as recomendações da Controladoria Geral do Distrito Federal por meio do Informativo de Ação e Controle 02/2016-DIAPC/COAPP/SUBCI/CGDF, bem como as demais considerações levantadas no item B acima, verificou-se alguma afronta aos deveres funcionais por parte dos membros da comissão designada pela Portaria Conjunta 11/2016?"

1.4 A autoridade competente para formular questionamentos jurídicos a esta Procuradoria-Geral do DF não encampou as indagações sugeridas pela Comissão Executora (fls. 151), limitando-se a encaminhar os autos com "solicitação de reconsideração do Parecer n. 576/2016-PRCON/PGDF", o que não impede que os temas suscitados sejam apreciados nesta manifestação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Com razão o órgão consultante ao apontar que a **Portaria n. 17, de 3 de março de 2015**, do então Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, institui Comissão para auxiliar na Supervisão Técnica (art. 41, § 1º do Decreto n. 32.598/2010) diversa da **Comissão Executora** do contrato, atribuindo a ela funções específicas:

"Art. 2º Discriminar a seguir as atribuições da Comissão:

I - Prestar Assessoria Técnica ao Gestor do Contrato de Parceria Público-Privada no que se refere à execução física da obra;

II - Realizar vistorias periódicas na obra e elaborar relatórios mensais de acompanhamento da mesma, contendo o seu estágio físico e fatos julgados pertinentes."

2.2. Independentemente dos trabalhos desenvolvidos por essa Comissão Técnica, o parecer foi enfático ao esclarecer a necessidade **de manutenção da Comissão Executora** que, nos termos do § 3º do art. 41 do Decreto n. 32.598/2010, é quem "representará a Administração na fiscalização e acompanhamento do contrato".

2.3 É incorreto afirmar que o contrato de concessão não esteja em execução, pois desde que foi assinado as partes assumiram obrigações recíprocas que devem ser objeto de avaliação por representante(s) da Administração, ainda que para atestar que não houve alteração no quadro fático delineado desde a avaliação anterior.



2.4 Conforme salientado, as atribuições da Comissão Executora estão devidamente previstas no § 5º do art. 41 do Decreto n. 32598/2010, excetuando-se as indicadas no § 7º, que incumbem à Comissão Técnica prevista na Portaria n. 17, de 3 de março de 2015.

2.5 Não é possível individualizar, *pari passu* e *a priori* cada atribuição da Comissão no caso concreto em relação às funções que lhe cometeu o dispositivo legal, devendo serem exercidas todas aquelas competências, no que couber.

2.6 Segundo já esclarecido no Parecer n. 576/2016-PRCON/PGDF, as atribuições da Comissão **não abrangem as correções** contratuais e as **decisões** políticas que devam ser adotadas em âmbito hierárquico superior, na exata dicção do § 2º do art. 67 da Lei n. 8.666/93: "*As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes*".

2.7 Especificamente em relação às recomendações da Controladoria-Geral do DF, não se está diante de hipótese de **flagrante ilegalidade** no contrato, pois há divergência entre aquele órgão e outras análises empreendidas pelo Tribunal de Contas do DF (como no caso das garantias), além do que várias das questões jurídicas suscitadas no aludido documento ainda não foram submetidas à Procuradoria-Geral do DF, a quem cabe – com exclusividade – a consultoria jurídica do Distrito Federal (art. 132 da Constituição Federal).

2.8 Não fosse por isso, a **ilegalidade** de cláusulas contratuais, não tornaria por si **ilegal o ato de designação da Comissão Executora**, pelo que se mantém a inviabilidade de seus agentes, por ato unilateral, suspenderem suas atividades, conforme enunciado no opinativo.

2.9 A afirmação no parecer de que a suspensão era irregular não importa reconhecer, por outro lado, que os integrantes da Comissão tenham praticado o ato com dolo ou culpa, tampouco que tenham ou tivessem a intenção de causar dano ao Erário, mas apenas que a continuidade da suspensão seria ato afrontoso ao poder hierárquico da Administração Pública e, por esse motivo, se revestia de ilegalidade e deveria cessar.

2.10 Não cabe à Procuradoria-Geral do DF expor juízo provisório e antecipado sobre eventual transgressão disciplinar dos aludidos servidores, embora as dúvidas suscitadas com o advento da Informativo de Ação e Controle 02/2016-DIAPC/COAPP/SUBCII/CGDF já possam evidenciar não ter ocorrido ação maliciosa, senão cautelosa, por parte dos agentes.


4

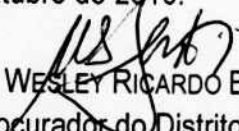
2.11 Aparentemente, o receio dos integrantes da Comissão fica afastado com os esclarecimentos prestados pela Controladoria-Geral do DF por intermédio da Nota Técnica n. 01/2016-COAPP/SUBCII/CGDF, de 12 de setembro de 2016 (anexa), no sentido de que *"a responsabilização em relação à continuidade do contrato eivado de vícios já verificados recai sobre os gestores e não sobre os executores/fiscalizadores"*.

3. CONCLUSÃO

3.1 Ante o exposto, **reconsidero parcialmente o parecer** para assentar que as atribuições da Comissão Executora do Contrato do CADF não estão previstas na Portaria n. 17, de 3 de março de 2015, mas no art. 41, § 5º do Decreto n. 32.598/2010.

À superior consideração.

Brasília, 14 de outubro de 2016.


WESLEY RICARDO BENTO
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF n. 18.566

Folha nº	157
Processo nº	110.002.036/2016
Rubrica	Val
Matrícula nº	20.863-1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Procuradora-Geral
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva




PROCESSO nº: 410.002.036/2016
INTERESSADO: SEPLAN-Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
ASSUNTO: Pedido de reconsideração do Parecer nº 576/2016-PRCON/PGDF. Comissão executora CENTRAD
MATÉRIA: Administrativo

APROVO O PARECER Nº 943/2016–PRCON/PGDF, exarado pelo
ilustre Procurador WESLEY RICARDO BENTO DA SILVA.

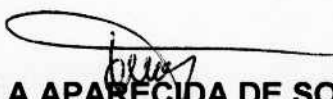
Ressalto, ainda, que a autoridade administrativa deverá zelar pela
correta condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua
inteira responsabilidade a observância às normas legais de regência e às
recomendações constantes do opinativo.

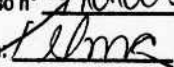
Brasília, quarta-feira, 9 de novembro de 2016.


JANAÍNA CARLA DOS SANTOS MENDONÇA
Procuradora-Chefe
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva

De acordo. Restituam-se os autos à SEPLAN-Secretaria de Estado
de Planejamento e Orçamento, para conhecimento e adoção das providências
pertinentes.

Em 11 / 11 / 2016.


KARLA APARECIDA DE SOUZA MOTTA
Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos do Consultivo

Folha nº	184
Processo nº	410.002.036/2016
Rubrica:	
Matrícula:	43182-6